

LEI ORDINÁRIA Nº 359

de 11 de dezembro de 2000

"Dispõe sobre o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º..

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE), órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento, criado pela Lei nº 221/95 e alterada pela Lei nº 353/2000, com o objetivo de formular as diretrizes da alimentação escolar no município, reger-se-á pela presente Lei.

Art. 2º..

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá as seguintes competências:

I.

fixar a política municipal de alimentação escolar;

II.

estabelecer os planos de aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e fiscalizar a sua execução;

III.

manter o sistema de alimentação escolar atuando prioritariamente nas creches, pré-escolar e ensino fundamental;

IV.

acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

V.

zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

VI.

receber, analisar e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município.

Art. 3º..

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por sete membros e terá a seguinte composição:

I.

um representante do Poder Executivo, indicado pelo Chefe desse Poder;

II.

um representante do Poder Legislativo, indicado pela Mesa Diretora desse Poder;

III.

dois representantes dos professores, indicados pelo respectivo órgão de classe;

IV.

dois representantes de pais de alunos, indicados pela Associação de Pais e Mestres;

V.

um representante de outro segmento da sociedade local.

1º

Cada membro titular do Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá um suplente da mesma categoria representada.

2º

Os membros e o Presidente do CMAE terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

3º

O exercício do mandato de Conselheiro do CMAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º..

Os membros do CMAE serão livremente nomeados pelo Prefeito Municipal, permanecendo no exercício de suas funções até a posse dos novos conselheiros.

Art. 5º..

O Decreto do Executivo nº 602/00, de 30 de agosto de 2000, que nomeou os membros e suplentes fica ratificado.

Art. 6º..

O CMAE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptar as normas constantes da presente Lei.

Art. 7º..

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário, especialmente as Leis nº 221/95, de 19 de outubro de 1995 e nº 353/00, de 18 de setembro de 2000.

Chapadão do Sul - MS, 11 de Dezembro de 2.000.

*JOÃO CARLOS KRUG*Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 359/2000 - 11 de dezembro de 2000

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em